**PLATAFORMA RIOEDUCA EM AÇÃO: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO CARIOCA OU CONTROLE DA DOCÊNCIA?**

Renata Francisco Dias, UERJ

Marcos Rodrigues Barreto, UERJ

Resumo

A SME/RJ, por meio da Plataforma Rioeduca em Ação, disponibiliza aos professores da rede os resultados referentes ao desempenho dos estudantes e oferece um ambiente de desenvolvimento profissional voltado à interpretação destes dados. Este estudo busca compreender como o uso da plataforma orienta a ação docente no cotidiano escolar e as suas possíveis implicações para a educação carioca. Após uma análise inicial sobre a referida plataforma, problematiza-se a avaliação em larga escala como ferramenta que subsidia as políticas da rede e, posteriormente, estas questões são articuladas, propondo uma discussão acerca dos impactos do uso da plataforma para a docência. Infere-se que a maneira pela qual ela vem sendo utilizada, além de precarizar o trabalho docente, conduz ao controle das suas práticas.

Palavras chave: Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ); Avaliação; Plataforma Rioeduca em Ação; Trabalho docente.

**Introdução**

O trabalho adota a perspectiva de Souza, Ferreira e Marcondes (2014), que afirmam que a avaliação pedagógica deve comprometer-se com o desenvolvimento dos alunos e a melhoria do ensino, transcendendo sua função técnica e configurando-se como um espaço essencial para a concretização da educação.

Este é um dos movimentos a que este estudo se propõe tendo a educação pública municipal do RJ como elemento central, ao problematizar entraves decorrentes da atual forma que a rede concebe a avaliação.

Desde a suspensão das aulas presenciais em função da pandemia, as Redes de Ensino do país buscaram recursos para reduzir os inevitáveis danos. No RJ, a Secretaria Municipal de Educação (SME/ RJ) adotou a Plataforma Rioeduca em Ação como recurso para este enfrentamento. Posteriormente, o seu uso passou a ser permanente.

Este estudo busca compreender como a plataforma interfere na ação docente e suas repercussões na educação carioca. Assim, partimos de uma análise inicial do que é, como surgiu, e quais as propostas da plataforma. Em um segundo momento, são discutidas as avaliações propostas pela SME e como elas direcionam o trabalho docente. Adiante, estas questões são articuladas, com a intenção de compreender como o uso da plataforma atua sobre a prática do professor, problematizando os seus desdobramentos.

Por estar apoiado na percepção da educação sob uma perspectiva crítica, este estudo adota Michael Apple (1989; 1994) como referencial, e parte da necessidade de resistir à imposição do pensamento hegemônico que, nesta discussão, articula-se com a precarização do trabalho docente, compreendendo que as disputas presentes em diversos espaços, estão presentes também na escola.

**A Plataforma Rioeduca em Ação como ferramenta de avaliação na Rede Municipal de Educação do RJ**

Devido ao fechamento das escolas em 2020 em função da Covid-19, a escola pública enfrentou desafios por inúmeros fatores que, apesar de anteriores à crise sanitária, se agudizaram neste período.

Na busca por reduzir os efeitos decorrentes da suspensão das aulas presenciais naquele momento, a SME estabeleceu diretrizes[[1]](#footnote-1) para a avaliação escolar e em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), passou a utilizar a Plataforma Rioeduca em Ação como apoio ao docente.

A plataforma, além de compilar dados referentes às avaliações dos estudantes, oportuniza desenvolvimento profissional aos docentes, com o propósito de contribuir na análise e posterior uso destes dados. Criada pelo CAEd, possui ferramentas que se adequam às necessidades de cada instituição[[2]](#footnote-2), disponibiliza avaliações em larga escala, materiais de apoio e orientações pedagógicas com o intuito de assessorar políticas educacionais.

A Resolução n° 378 de março de 2023[[3]](#footnote-3) prevê que a avaliação na rede, além de contínua, deve ter o propósito de monitorar o desenvolvimento dos alunos (SME, 2023a), no entanto, a plataforma assume a avaliação em larga escala como recurso indispensável para a adoção de políticas que tenham, em seu discurso, a qualidade como principal objetivo.

Continuamente, as políticas educacionais têm associado a avaliação à ideia de qualidade ao tentar mensurar as apropriações feitas pelos alunos com um projeto ideal de conhecimento. Sob um sentido único de qualidade que desconsidera o caráter polissêmico do termo, a tendência é enfatizar apenas aspectos técnicos em detrimento de uma perspectiva mais ampla que comporte além destes, elementos da realidade social dos estudantes e da própria escola.

A SME tem seguido nesta direção, sugerindo que por meio do acesso fácil aos resultados dos alunos, sejam elaboradas estratégias para corrigir problemas identificados pela equipe escolar, conferindo centralidade à avaliação nestes moldes.

**A avaliação na Rede Municipal de Educação: o que é e onde ficam os professores?**

As avaliações da rede são aplicadas com frequências e finalidades diferentes[[4]](#footnote-4) e apesar das escolas terem autonomia para utilizar outras ferramentas, são as avaliações padronizadas e aplicadas a todos os alunos, que subsidiam as políticas adotadas.

O ano letivo começa com a aplicação da avaliação diagnóstica “Ponto de Partida” que visa situar o momento de cada estudante em relação ao seu aprendizado. Já a Atividade Diagnóstica em Rede (ADR) de caráter formativo, pretende avaliar o desenvolvimento dos estudantes bimestralmente.

A Prova Rio, anual, tem o objetivo de orientar a elaboração de políticas públicas. Com a mesma frequência, os alunos do 2º e 3º anos realizam a Avaliação de Fluência de Leitura Oral.

As ADRs e a Prova Rio são elaboradas de acordo com a Teoria de Resposta ao Item (TRI) e assumem os mesmos indicadores de desempenho. A Prova Rio segue os padrões do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB[[5]](#footnote-5)) e tem o objetivo de medir habilidades e competências ao final de um ciclo. Muitas vezes, ela orienta outras ações avaliativas da rede, que tem o interesse político de apresentar índices de desempenho favoráveis.

A partir da década de 90, a avaliação em larga escala[[6]](#footnote-6) se consolidou no Brasil sob o pretexto de garantir o mesmo direito a todos os estudantes. A ideia de um conteúdo mínimo assegurado foi ganhando legitimidade e alcançando a sociedade como um todo.

Apple (1989; 1994) questiona os conhecimentos considerados válidos e o que os legitima enquanto socialmente assumidos, sendo o currículo um espaço de disputa. Articulando esta perspectiva a estas avaliações, cabe questionar quais são os conhecimentos “essenciais” e, consequentemente, avaliados e a que projeto de sociedade eles atendem.

Este estudo entende a avaliação em larga escala como tentativa de controle sobre os processos educativos com o intuito de viabilizar interesses hegemônicos (Apple, 1994) cujas raízes estão atreladas a uma sociedade submetida ao capital. Conceber a avaliação nestes pressupostos gera consequências para a educação pública em que os professores são diretamente atingidos.

De acordo com Bonamino e Sousa (2012), no Brasil, há três diferentes gerações[[7]](#footnote-7) da avaliação em larga escala. Aqui a discussão enfoca a terceira geração, atrelada à política de responsabilização mais expressiva e, neste estudo específico, a o trabalho docente é posto em evidência.

Sob o argumento de que os resultados das avaliações podem respaldar a ação docente, professores submergem em meio a políticas de incentivo, cujas consequências não estão referenciadas no compromisso com a educação pública. Tais questões impactam o currículo, já que os professores são pressionados a preparar seus alunos para o atingimento de metas específicas, redirecionando a sua prática e perdendo sua autonomia no processo pedagógico.

**Discutindo a avaliação, a Plataforma Rioeduca em Ação e a docência na Rede Municipal de Educação**

Em uma rede como a do RJ, a maior da América Latina, avaliar pode ser um grande desafio. Após se tornar elemento permanente do quadro avaliativo, a Plataforma Rioeduca em Ação teve a sua funcionalidade ampliada e passou a operar não apenas como elemento de publicização de resultados, mas como recurso capaz de orientar não só a prática docente, mas a própria interpretação destes sobre os resultados.

Assim, o trabalho docente passa por um processo de substituição tecnológica[[8]](#footnote-8) (Barreto, 2018) onde os professores são destituídos da sua autonomia, seja pela proposta de atividades já elaboradas sob um padrão determinado e distante da realidade da sala de aula, ou pela tendência em seguir de maneira acrítica, diretrizes previamente formuladas.

Os professores são frequentemente compelidos a atingirem resultados pré-estabelecidos sob o aporte de incentivos financeiros. Esta perspectiva contribui para a precarização do seu trabalho que, em meio a uma avalanche de informações e prescrições, convivem com a sensação permanente de incapacidade para se adaptarem a objetivos fixados e, quase sempre, inatingíveis.

Com as discussões aqui empreendidas, este estudo argumenta que o uso recorrente da plataforma Rioeduca em Ação se traduz em uma tentativa de controle dos sentidos produzidos pelos resultados das avaliações em larga escala, e sobre o trabalho docente na rede. Esta perspectiva vai ao encontro do que Apple (1994) entende como lugar de disputa e da frequente busca pela imposição da lógica hegemônica. Daí a necessidade de um olhar crítico sobre estes processos, como possibilidade de resistir ao que vem sendo subjetivamente imposto.

**Referências**

APPLE, Michael W. **Educação e poder.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 59-91.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologias e sentidos. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 20, n. 1, 2018.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, p. 373-388, 2012.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO (CAEd). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). **Plataforma Rioeduca em Ação – Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Educação do Município do Rio de Janeiro**. Juiz de Fora. Disponível em: <https://avaliacaoemonitoramentoriodejaneiro.caeddigital.net/#!/pagina-inicial> . Acesso em 25 de nov. 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ). **Resolução 378 de 08 de março de 2023**. Estabelece diretrizes para avaliação escolar na rede pública do sistema municipal de ensino do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SME, 2023a. Disponível em: <https://doweb.rio.rj.gov.br/apifront/portal/edicoes/imprimir_materia/727274/4930>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ). **Avaliação: como entender e trabalhar com resultados de aprendizagem**. Rio de Janeiro. 2023b. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/media/PDF/pdf_6039.pdf> . Acesso em: 10 de dez. 2023

SOUSA, Clarilza Prado de; FERREIRA, S. L. ; MARCONDES,Anamérica P. . Justiça na avaliação: igualdade e equidade. In: Alice Casimiro Lopes; Alicia de Alba. (Org.). **Diálogos curriculares entre Brasil e México**. 1aed.Rio de Janeiro: UdUERJ, 2014, v. 1, p. 177-205.

1. A resolução SME nº 261, de 28 de abril de 2021 estabelece diretrizes para avaliação escolar na rede municipal de ensino do RJ, em caráter excepcional, no período pandêmico (2020/2021). [↑](#footnote-ref-1)
2. O CAEd atua há mais de 20 anos em parceria com o Governo Federal, estados e municípios, instituições e fundações ligadas à educação. [↑](#footnote-ref-2)
3. Esta resolução alterou a anterior, n° 261 de 28 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, que regulamentaram as ações excepcionais para avaliação durante o período pandêmico (triênio 2020-2022). [↑](#footnote-ref-3)
4. Os dados referentes à avaliação na rede referem-se ao ano de 2023 e foram retirados do documento “Avaliação: como entender e trabalhar com os resultados da aprendizagem”, elaborado pela SME para a Jornada de Planejamento, Formação Pedagógica e Centro de Estudos 2023. [↑](#footnote-ref-4)
5. Avaliações externas, aplicadas em larga escala pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com o intuito de avaliar a Educação Básica brasileira por ciclo de aprendizagem. Os alunos da rede pública (e privada por amostragem) realizam o exame a cada 2 anos. [↑](#footnote-ref-5)
6. Avaliação que segue protótipos de testes padronizados aplicados a um conjunto extenso de estudantes ou redes de ensino (utilizada na rede). [↑](#footnote-ref-6)
7. Acesso ao texto completo em <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000006> [↑](#footnote-ref-7)
8. Para a autora, o uso das tecnologias na educação produz diferentes sentidos, que envolvem o valor agregado à prática docente, a repetição de velhas práticas camufladas sob o discurso da inovação ou em substituição ao trabalho docente, seja ela parcial ou integral (Barreto, 2018). [↑](#footnote-ref-8)